

Sumário

Introdução	1
1. A Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e o Momento Político à Época	5
1.1 Origem	5
1.2 A Lei nº 3.164/57 (Lei Pitombo-Godói Ilha), a Lei nº 3.502/58 (Lei Bilac Pinto) e uma breve abordagem dos princípios norteadores da Lei nº 8.429/92	7
1.2.1 Princípios norteadores da probidade	14
1.3 Da questão sobre a inconstitucionalidade formal da Lei nº 8.429/92	18
1.4 Breves comentários aos atos de improbidade	25
1.5 Da questão sobre a inconstitucionalidade material da Lei nº 8.429/92	47
2. Competência	51
2.1 Conceito	51
2.2 Natureza jurídica	53
2.3 Do foro por prerrogativa de função na ação de improbidade administrativa	55
3. Prescrição	81
3.1 Conceito e princípio da segurança jurídica	81
3.2 Irretroatividade da lei	83

3.3 Da prescrição na ação de improbidade administrativa.....	84
3.4 Termo a quo das situações funcionais transitórias	86
3.4.1 Mandatos sucessivos e outros casos: contagem do prazo prescricional	87
3.4.2 Cargos em comissão e função de confiança em caso de sucessão e outros casos: contagem do prazo prescricional	91
3.5 Situação funcional permanente.....	95
3.6 Imprescritibilidade do dano ao erário.....	99
3.6.1 Fonte constitucional	99
3.6.2 Da controvérsia sobre a imprescritibilidade.....	100
4. Medidas Cautelares na Ação de Improbidade Administrativa: um Paralelo com o Novo Código de Processo Civil	103
4.1 Conceito e requisitos	103
4.2 Da possibilidade das medidas cautelares na ação principal de improbidade administrativa e prazo para ajuizamento da ação principal.....	109
4.3 Medidas cautelares em espécie	113
4.3.1 Afastamento do agente público	113
4.3.2 Medidas cautelares patrimoniais	120
4.3.2.1 Indisponibilidade de bens	123
4.3.2.2 Sequestro	130
5. Colaboração Premiada (Delação) na Ação de Improbidade Administrativa	133

5.1 Introdução e breve histórico.....	133
5.1.1 Colaboração premiada no Direito Italiano: Noções....	134
5.1.2 Colaboração premiada nos Estados Unidos: Noções.....	135
5.1.3 Histórico da colaboração premiada no Brasil	136
5.2 Da constitucionalidade da colaboração premiada.....	139
5.3 Do conceito e as espécies de colaboração premiada.....	145
5.4 Natureza jurídica do instituto da colaboração premiada.....	148
5.5 Requisitos da colaboração premiada	152
5.6 Do procedimento da colaboração premiada.....	156
5.7 Da colaboração premiada na ação de improbidade administrativa.....	158
5.7.1 Da colaboração premiada como negócio jurídico processual e viabilidade da aplicação na ação de improbidade administrativa	159
Conclusão	169
Referências	173